

INFLUÊNCIAS ESTRANGEIRAS NA PRODUÇÃO DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS BRASILEIRAS: UM ESTUDO DE CASO.

MAGAYO DE MACÊDO ALVES¹;
ETIENE VILLELA MARRONI²

¹*Universidade Federal de Pelotas – magayo_n@hotmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – evmarroni@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O mundo passa por mudanças climáticas cada vez mais perceptíveis. Advindas ou influenciadas por elas, várias espécies de crises também vêm ganhando destaque no cenário internacional. As respostas políticas que as permeiam devem, cada vez mais, considerar o caráter urgente destas emergências, enquanto se ainda pode fazer algo. Este agir, no contexto global, é comumente representado por diálogos transnacionais que resultam em convenções, tratados, planos e outras ferramentas de cooperação. Uma destas tentativas foi a Convenção de Estocolmo (1972), comumente vista na literatura como um dos principais marcos em política ambiental. Além dela, este trabalho olhará para o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), em operação desde 1988, e os seus desdobramentos: A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, UNFCCC (1992), Rio 92 (ocorrida em 1992), Protocolo de Quioto (1997), Rio +20 (2012) e o Tratado de Paris (2015), com o intuito de entender como a questão vem sendo trabalhada.

O Brasil vem construindo e promovendo ações que dialogam com os compromissos assumidos nos eventos indicados acima, como planos para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2015), além do envio, em 2016, e sua posterior revisão em 2020 da *Contribuição Nacionalmente Determinada* na UNFCCC. Através de políticas mais específicas e desenvolvimento de planos locais, setoriais e/ou regionais, o país vem tentando diminuir a gravidade dos efeitos causados pelas alterações no clima global. Explorada neste trabalho, uma destas estratégias é o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). Inicialmente estabelecido em dezembro de 2008, ele estruturou eixos de atuação para adaptar e/ou mitigar o que era possível, e, assim, proteger o meio ambiente e

as pessoas, tendo na redução dos gases que promovem o aquecimento mundial, popularmente conhecido como *efeito estufa*, uma das suas principais metas. Em dezembro de 2019, ele foi revogado.

A relevância do tema de pesquisa justifica-se pela necessidade crescente de estudos nas humanidades e ciências sociais que dialoguem com a realidade da crise climática mundial. Em ciência política, mais especificamente, a compreensão da gravidade que os fenômenos naturais vêm causando não só no meio ambiente em si, mas nas comunidades humanas, torna-se, cada vez mais, necessária ao desenvolvimento de planos e estratégias que construam ações de combate.

A questão que guia o estudo pensa na noção de difusão de políticas como um processo que norteia, e, portanto, influencia a construção das ações realizadas pelo governo federal em matéria de preservação da cobertura vegetal brasileira, dentro do recorte temporal analisado (2008-2020). Há na literatura uma série de mecanismos que favorecem o processo difusório, com discussões e definições distintas. Portanto, fez-se necessária uma escolha prévia de quais seriam trabalhados. Baseando-se em Shipan e Volden (2008), foram eleitos quatro: aprendizado (*learning*), competição econômica (*economic competition*), imitação (*imitation*) e coerção (*coercion*). Daí, nasceu a pergunta: de que formas estes mecanismos de difusão política influenciaram a formação do PNMC?

O objetivo geral do estudo é estimar a influência dos mecanismos na formação do Plano. Os objetivos específicos, por sua vez, procuram indicar o papel individual de cada uma destas variáveis nas suas ações antidesmatamento.

2. METODOLOGIA

O trabalho é de natureza qualitativa e exploratória. Após a seleção dos dados (advindos de literatura especializada e documentos oficiais), além de entrevistas com representantes governamentais (ainda a serem realizadas, quando do envio desta proposta), ocorreu um processo de filtragem dentro de categorias de análise. Os resultados obtidos foram utilizados para testar a hipótese central da pesquisa de que cada um dos mecanismos influenciou a construção do Plano, e que, portanto, sem eles, o Brasil provavelmente teria desenvolvido sua política de preservação ambiental em grau aquém ao que foi observado, dentro do recorte temporal (2008-2020).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o momento de submissão desta proposta, o trabalho de revisão da literatura sobre cada um dos mecanismos citados na introdução, e suas respectivas influências na construção do PNMC estava sendo iniciada. Posteriormente, a pesquisa adentrou nas relações de comunicação entre cada um deles e as estratégias de adaptação e mitigação do Plano, com resultados ainda a ser determinados.

4. CONCLUSÕES

O trabalho buscou inovar no sentido de acrescentar à literatura nacional discussão sobre como mecanismos de difusão política influenciaram a construção de um de seus marcos em política ambiental. Este entendimento poderá contribuir para que se possa entender melhor questões relacionadas a adoção e implementação de novos acordos e medidas no Brasil que busquem a contínua redução dos efeitos das mudanças climáticas, que são cada vez mais sentidas por todos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALBINO, Michelle Lucas Cardoso; MACHADO, Giselle Anselmo. Paradoxo das Diretrizes Ambientais Brasileiras: posicionamento internacional e do ordenamento interno brasileiro frente às questões ambientais. **Veredas do Direito–Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, v. 8, n. 16, p. 11-11, 2011.

BARBIERI, Mariana Delgado; DA COSTA FERREIRA, Leila; BARBI, Fabiana. Governando as mudanças climáticas: As estratégias políticas de Brasil e China. **Idéias**, v. 9, n. 2, p. 71-98, 2018.

BEHAGEL, Jelle Hendrik; ARTS, Bas; TURNHOUT, Esther. Beyond argumentation: a practice-based approach to environmental policy. **Journal of Environmental Policy & Planning**, v. 21, n. 5, p. 479-491, 2019.

BRASIL. Decreto nº 6.263, de 21 de novembro de 2007. Institui o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima - CIM, orienta a elaboração do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, e dá outras providências. Brasília: DOU, Seção Extra, p. 1, 2008.

BRASIL. Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima e dá outras providências. Brasília: DOU, Seção Extra, p. 109, Coluna 2. 2009.

CHASEK, Pamela. Stockholm and the birth of environmental diplomacy. 2020.

CONCA, Ken. Environmental cooperation and international peace. In: **Environmental conflict**. Routledge, 2018. p. 225-247.

CÚPULA DOS POVOS. Deleting our Rights, Bracketing our Future. Disponível em: < <http://rio20.net/en/documentos/rio20-why-we-need-a-people's-summit-at-un-deleting-our-rights-bracketing-our-future/>>. Acesso em: 20 jul. 2024.

DA SILVA BARCELOS, Eduardo Alvares. Desregulação ambiental e disputas políticas: Uma breve retrospectiva do desmonte do licenciamento ambiental no Brasil. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 2, n. 2, p. 278-278, 2020.

DE ASSIS, Francisco. Mudanças climáticas globais: controvérsias, participação brasileira e desafios à ciência. **humboldt-revista de geografia física e meio ambiente**, v. 1, n. 2, 2021.

DE BARROS, Antonio Teixeira. Brazil's discourse on the environment in the international arena, 1972–1992. **Contexto Internacional**, v. 39, n. 2, p. 421-442, 2017.

FAUDE, Benjamin; GROBE-KREUL, Felix. Let's justify! How regime complexes enhance the normative legitimacy of global governance. **International Studies Quarterly**, v. 64, n. 2, p. 431-439, 2020.

FERREIRA, Leila da Costa. Um passo à frente, dois atrás. Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais. 2019.

FISHER, Dana R.; LEIFELD, Philip; IWAKI, Yoko. Mapping the ideological networks of American climate politics. **Climatic change**, v. 116, n. 3-4, p. 523-545, 2013.

GOLKARIAN, Ghadir. Globalization and Culture, Impact of Globalization on Iranian Culture. **Universal Journal of History and Culture**, v. 1, n. 1, p. 1-11, 2019.

GONZALEZ MIGUEZ, José Domingos et al. O Protocolo de Quioto e sua regulamentação no Brasil. 2010.

GREEN, Jessica F.; TH, Hale. The study and practice of global environmental politics: Policy influence through participation. In: **Prepared for the TRIP Strengthening the Links Conference**. 2015. p. 14-16.

GUIMARÃES, Roberto Pereira; FONTOURA, Yuna Souza dos Reis da. Rio+ 20 ou Rio-20?: crônica de um fracasso anunciado. **Ambiente & Sociedade**, v. 15, p. 19-39, 2012.